

## PARECER DO CONTROLE INTERNO

**PROCESSO Nº:** 9/2022-011-FME.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços - PE SRP.

**INTERESSADA:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos pequenos, médios e grandes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá/PA.

**ASSUNTO:** Análise de Aditivo de Prorrogação Contratual e Acréscimo de Quantitativo/Valor. Termo Aditivo ao contrato nº 20231086 originado do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços PE SRP 9/2022-011-FME. Empresa C H MARINHO LTDA – CNPJ: 02.436.377/0001-13. Valor do contrato R\$ 288.460,00.

### I – RELATÓRIO.

Trata-se de Análise de Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação Contratual e Acréscimo de Quantitativo/Valor ao contrato nº 20231086 no qual a Comissão Permanente de Licitação, requereu parecer sobre os procedimentos adotados para a Aditivação de Prazo, originado do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços PE SRP 9/2022-011-FME, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos pequenos, médios e grandes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pacajá/PA, conforme solicitação, nos termos do que fora informado em despacho à esta Controladoria Interna.

### II – EXAME DO CONTROLE INTERNO.

Em conformidade, e estrita obediência, visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101/2000, e o Artigo 71 da Constituição Estadual do Pará, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral e em especial do órgão licitante.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de termo de aditamento a contrato, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, pelo que fazemos nos termos a seguir expostos:

### III – FUNDAMENTAÇÃO.

Analisou-se o processo de Pregão Eletrônico para Registro de Preços PE SRP 9/2022-011-FME e o contrato nº 20231086 dele decorrente, objeto da nossa análise, quanto a possibilidade de prorrogação contratual com reajuste de quantitativo/valor aos itens inicialmente contratados.

Em um primeiro momento, cabe salientar que os contratos administrativos são regidos pela Lei nº 8.666/93, que, por sua vez, admitem prorrogação contratual, nos termos dos Arts. 57 e 65, vejamos:

*“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta lei ficara adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

(...)

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

(...)

*IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;*

*§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.” Grifo Nosso.*

*“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

(...)

*I - unilateralmente pela Administração:*

(...)

*a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;*

*b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

(...)

*§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”. (grifo nosso)*

Nesse sentido, entende-se que o artigo traz os seguintes requisitos para a prorrogação contratual: (I) contrato relativo à prestação de serviços; (II) obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração; (III) prorrogação, limitada ao total de sessenta meses, por iguais e sucessivos períodos (a vigência do contrato ainda não pode ter expirado); (IV) justificativa por escrito do interesse na prorrogação; e (V) autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.

Quanto ao primeiro requisito, colhe-se, o entendimento do Tribunal de Contas da União exarado na obra Licitações e Contratos: orientações básicas<sup>1</sup>, que assim dispõe, in verbis:

*“A Administração deve definir em processo próprio quais são seus serviços contínuos, pois o que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica e manutenção de elevadores. O prazo de contrato para*

*prestação de serviços contínuos pode ser estabelecido para um determinado período e prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, a fim de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, até o limite de sessenta meses (.)."*

Nessa linha, o Anexo I da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, define serviços continuados como aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.

Por tratar-se de solicitação de termo aditivo de prorrogação contratual, que perpassa a vigência de créditos orçamentário de um exercício financeiro para outro, entende-se que os serviços, sejam definidos pela Administração como sendo de natureza continuada, conforme resta evidenciado na Justificativa, que faz parte dos autos do processo em referência.

O Contrato nas Cláusulas, sexta “**DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**”, Décima Quinta “**DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**” e Décima Sexta “**DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**” prevê a hipóteses de prorrogação, alteração e acréscimo, vejamos:

#### Cláusula Quinta “**DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**”

*1 – A vigência deste contrato terá início em 19 de janeiro de 2023 extinguindo-se em 31 de dezembro de 2023, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.*

*2 – A vigência poderá ser prorrogada por interesse parte até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

*2.1 – Os serviços tenham sido prestados regularmente;*

*2.2 – A administração mantenha interesse na realização do serviço;*

*2.3 – O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;*

*2.4 – A contatação manifeste expressamente interesse na prorrogação;*

*2.5 – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

#### Cláusula Décima Quinta “**DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**”

*“1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.”*

#### Cláusula Décima Sexta “**DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**”

*1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.*

*1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições*

*licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e*

*1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos nesta cláusula, exceto as supressões resultantes do acordo celebrado entre as partes.*

#### **IV – DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO.**

O processo em epígrafe não está numerado até o momento da análise desta controladoria, apresenta documentos necessários para formalização do mesmo, a saber:

- I – Solicitação de aditivo ao contrato;
- II – Contrato nº 20231086;
- III – Portaria de Fiscal de contato;
- IV – Relatório do Fiscal de contato;
- V – Requerimento de prorrogação contratual;
- VI – Manifestação da contratada sobre o interesse na prorrogação;
- VII – Justificativa do Gestor da secretaria competente;
- VIII – Formalidade ao departamento competente solicitando informação sobre a existência de recurso para cobrir as despesas;
- IX – Formalidade do departamento competente informando a existência de recurso para cobrir as despesas;
- X – Declaração de Adequação Orçamentária;
- XI – Autorização para celebração de Termo Aditivo;
- XII – Certidões exigidas pela Lei 8.666/93, todas válidas e eficazes;
- XIII – Formalidade a Comissão Permanente de Licitação encaminhando os autos do processo;
- XIV – Decreto nomeando a Comissão Permanente de Licitação;
- XV – Termo de Autuação;
- XVI – Minuta do Termo Aditivo;
- XVII – Formalidade da Comissão Permanente de Licitação, encaminhando os autos do processo para análise e parecer da Assessoria Jurídica do município;
- XVIII – Parecer da Assessoria Jurídica do município;
- XIX – Formalidade ao Controle Interno, encaminhando os autos do processo para análise e emissão de Parecer.

#### **V – DA ANÁLISE E DISPOSIÇÕES GERAIS.**

Na análise dos autos do presente processo, constatou-se o pedido de prorrogação contratual e de acréscimo de quantitativo/valor de 25%, que corresponde a R\$ 72.115,00 (setenta e dois mil e cento e quinze reais) ao valor original do contrato, sendo que até o momento da nossa análise, o referido processo vislumbra possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pela Lei n.º 8.666/93, para celebração de Termo Aditivo de Prorrogação Contratual e Acréscimo de Valor.

Recomendamos que sejam realizadas as devidas publicações na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, bem como a publicação do Termo Aditivo no Portal da Transparência do Município de Pacajá/PA, e no Portal dos Jurisdicionados, mantido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM, neste último devendo ser observados os prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA, de 10/12/2021.

#### **VI – CONCLUSÃO.**

Assim, essa controladoria conclui que o referido processo se encontra, até o momento da nossa análise, revestido de todas as formalidades legais, com isso, opinamos FAVORÁVEL a celebração de Termo Aditivo de Prazo e Acréscimo de Quantitativo/Valor ao Contrato nº 20231086, por considerarmos que a efetivação da alteração do instrumento contratual, diante dos aspectos procedimentais que já foram elaborados, está consoante com o que dispõe a legislação.

Esta Controladoria não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise, alheios aos autos do presente processo.

Por fim, ressaltamos que as informações elencadas e os documentos acostados aos autos deste processo, que serviram de base para análise e emissão de parecer desta Controladoria, são de responsabilidade e veracidade compartilhadas entre o Gestor do Fundo Municipal de Educação, Assessoria Jurídica, que emitiu parecer sobre a regularidade jurídica do processo e Comissão Permanente de Licitação, esta última a quem coube conduzir e gerenciar o processo a partir da solicitação.

Desta feita, retornem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Salvo melhor Juízo, é o Parecer.

Pacajá-PA, 22 de dezembro 2023.

---

**GETÚLIO ZABULON DE MORAES**

*Controle Interno*

Dec. 370/2022

